

**XII PROCESSO SIMPLIFICADO  
PARA SELEÇÃO DE  
ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE****DIREITO ADMINISTRATIVO****01 - No que diz respeito à organização administrativa, NÃO configura entendimento sumulado dos Tribunais Superiores:**

- a) É competente a justiça comum para julgar as causas em que é parte sociedade de economia mista
- b) Não cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista
- c) Os créditos das autarquias federais preferem aos créditos da Fazenda Estadual desde que coexistam penhoras sobre o mesmo bem
- d) Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar causas cíveis em que é parte sociedade de economia mista e os crimes praticados em seu detrimento
- e) Compete à Justiça Federal processar e julgar execução fiscal promovida por Conselho de fiscalização profissional

**02 - Em relação às agências reguladoras, é INCORRETO afirmar que:**

- a) Buscam fiscalizar, regular, normatizar, a prestação de serviços públicos por particulares
- b) Não estão sujeitas à supervisão ministerial
- c) Possuem autonomia financeira
- d) Os dirigentes são nomeados pelo Presidente da República após aprovação prévia pelo Senado Federal
- e) O dirigente ao deixar a agência reguladora se submete a um período de quarentena antes de poder exercer atividade na iniciativa privada dentro do setor ao qual estava vinculado.

**03 - No que diz respeito às formas de extinção do ato administrativo, quando se verifica ilegalidade superveniente em face do descumprimento dos requisitos impostos para a sua expedição pelo beneficiário, ocorre:**

- a) Cassação

- b) Caducidade
- c) Contraposição
- d) Revogação
- e) Convalidação

**04 - São elementos do ato administrativo, EXCETO:**

- a) Competência
- b) Finalidade
- c) Forma
- d) Motivo
- e) Designação

**05 - Qual atributo do ato administrativo que autoriza a Administração Pública a unilateralmente estabelecer uma obrigação a particulares independentemente de sua aquiescência:**

- a) Autoexecutoriedade
- b) Legitimidade
- c) Imperatividade
- d) Veracidade
- e) Tipicidade

**06 - São atributos do Poder de Polícia, EXCETO:**

- a) Discricionariedade
- b) Imperatividade
- c) Autoexecutoriedade
- d) Delegabilidade
- e) Coercibilidade

**07 - Quanto aos princípios de direito administrativo, é INCORRETO afirmar que:**

- a) Estão expressos, no art. 37 da CF/88, os seguintes princípios: Legalidade, Impessoalidade; Finalidade, Eficiência e Razoabilidade
- b) A súmula vinculante nº 13 do STF restringe a nomeação de parentes para cargos em comissão concretizando o princípio da impessoalidade
- c) São pilares do regime jurídico administrativo: a supremacia do interesse público sobre o privado e a indisponibilidade do interesse público

d) A Lei nº 9.784/99 prevê um prazo de 5 (cinco) anos para que a Administração Pública federal reveja os atos administrativos que sejam favoráveis a particulares, salvo má-fé do beneficiado proporcionando segurança jurídica.

e) Em atenção ao princípio da isonomia, o STF sumulou que o limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima, em face do art. 7º, XXX da CF/88, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

**08 - O remédio constitucional do Habeas Data destina-se a disciplinar o direito de acesso a informações e encontra-se previsto expressamente no art. 5º, LXXII, da Constituição Federal. Sobre o Habeas Data, identifique a alternativa correta.**

a) Será concedido para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, bem como, para a retificação de dados, após decisão desfavorável em processo sigiloso, judicial ou administrativo.

b) Será concedido para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, bem como, para a retificação de dados, quando esgotada a opção de processo sigiloso, judicial ou administrativo.

c) Será concedido para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, bem como, para a retificação de dados, ainda que se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

d) Será concedido para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, bem como, para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

e) Será concedido para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, vedada a retificação de dados, diante da possibilidade de fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

**9 - O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas**

**decisões sobre matéria constitucional, aprovar enunciados de súmulas vinculantes. Não tem legitimidade para provocar a edição de súmula vinculante:**

a) O Presidente da República

b) O Governador do Estado ou do Distrito Federal

c) O Prefeito de Município

d) O Procurador-Geral da República

e) A Mesa da Câmara dos Deputados

**10 - O Art. 5º, XXXVIII, da Constituição Federal prevê como direito fundamental a instituição do júri popular, prevendo, ainda, de forma expressa, os seguintes princípios específicos dessa instituição, são eles:**

a) ampla defesa, sigilo das votações, soberania dos veredictos e competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

b) plenitude de defesa, sigilo das votações, soberania dos veredictos e competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

c) ampla defesa, sigilo das votações, soberania dos veredictos, competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida e duplo grau de jurisdição.

d) plenitude de defesa, sigilo das votações, soberania dos veredictos, competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida e duplo grau de jurisdição.

e) plenitude de defesa, incomunicabilidade dos jurados, soberania dos veredictos e competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

**11 - A Constituição Federal, em seu artigo 5º, dispõe que são gratuitos para os reconhecidamente pobres, o registro civil de nascimento e a certidão de óbito. Além disso, determinadas ações são gratuitas conforme disposição expressa no texto constitucional. Considerando isso, assinale a alternativa correta.**

a) São gratuitas as ações de Habeas-corpus e Habeas-data, bem como, os atos necessários ao exercício da cidadania, na forma da lei.

b) São gratuitas as ações de Habeas Corpus, Habeas Data, Mandado de Segurança e Mandado de Injunção, bem como, os atos necessários ao exercício da cidadania, na forma da lei.

c) É gratuita a ação de Habeas Corpus, pois protege a liberdade de locomoção, excluindo-se da gratuidade os demais remédios constitucionais.

d) São gratuitas as ações de Habeas Corpus, Habeas Data, Mandado de Segurança e Mandado de Injunção.

e) São gratuitas as ações de Mandado de Segurança e Mandado de Injunção, bem como, os atos necessários ao exercício da cidadania, na forma da lei.

**12 - As constituições podem ser classificadas conforme o conteúdo, o modo de elaboração, a alterabilidade, a sistemática, dentre outros critérios. Com relação a classificação da Constituição de 1988, assinale a alternativa correta.**

a) Com relação ao conteúdo, a Constituição de 1988 é considerada material, o que significa dizer que é considerada matéria constitucional todo texto que contiver as normas fundamentais e estruturais do Estado, a organização de seus órgãos, os direitos e garantias constitucionais. Além disso, com relação a alterabilidade, a Constituição atual é considerada flexível ou plástica, pois não possui um processo legislativo mais dificultoso do que o processo legislativo de alteração das normas infraconstitucionais.

b) Com relação ao conteúdo, a Constituição de 1988 é considerada formal, o que significa dizer que se elegeru como critério o processo de sua formação e não conteúdo de suas normas, assim, qualquer regra nela contida terá o caráter de constitucional. Além disso, com relação a alterabilidade, a Constituição atual é considerada flexível ou plástica, pois não possui um processo legislativo mais dificultoso do que o processo legislativo de alteração das normas infraconstitucionais.

c) Com relação ao conteúdo, a Constituição de 1988 é considerada formal, o que significa dizer que se elegeru como critério o processo de sua formação e não conteúdo de suas normas, assim, qualquer regra nela contida terá o caráter de norma constitucional. Além disso, com relação a alterabilidade, a Constituição atual é considerada rígida, pois exige para sua alteração um processo legislativo mais árduo, mais solene e dificultoso do que o processo de alteração das normas não constitucionais.

d) Com relação ao conteúdo, a Constituição de 1988 é considerada material, o que significa dizer que é considerada matéria constitucional todo texto que

contiver as normas fundamentais e estruturais do Estado, a organização de seus órgãos, os direitos e garantias constitucionais. Além disso, com relação a alterabilidade, a Constituição atual é considerada silenciosa ou fixa, o que significa que só pode ser alterada por um poder de competência igual àquele que a criou, isto é o poder constituinte originário, sem estabelecer expressamente o procedimento para sua reforma.

e) Com relação ao conteúdo, a Constituição de 1988 é considerada formal, o que significa dizer que é considerada matéria constitucional todo texto que contiver as normas fundamentais e estruturais do Estado, a organização de seus órgãos, os direitos e garantias constitucionais. Além disso, com relação a alterabilidade, a Constituição atual é considerada flexível ou plástica, pois não possui um processo legislativo mais dificultoso do que o processo legislativo de alteração das normas infraconstitucionais.

**13 - Com relação a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão – ADO, assinale a alternativa correta.**

a) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será determinado ao Poder competente que adote as providências necessárias no prazo de noventa dias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.

b) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.

c) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será determinado ao Poder competente que adote as providências necessárias no prazo de trinta dias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em noventa dias.

d) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para que adote as providências necessárias no prazo de noventa dias, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo de imediato.

e) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias no prazo de trinta dias

e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo de imediato.

**14 - Pode-se conceituar reforma constitucional como a modificação do texto constitucional, mediante mecanismos definidos pelo poder constituinte originário (emendas), alterando, suprimindo ou acrescentando artigos ao texto original. Por outro lado, com relação ao fenômeno da mutação constitucional, assinale a alternativa correta.**

a) Trata-se de um processo informal de alteração da interpretação constitucional, sem modificar o texto constitucional em si, que permanece inalterado, desde que não afrontem princípios estruturantes da Constituição Federal, podendo figurar como seus mecanismos a interpretação judicial, a interpretação administrativa, os costumes constitucionais e a atuação do legislador.

b) Trata-se de um processo formal de alteração da interpretação constitucional, sem modificar o texto constitucional em si, que permanece inalterado, viabilizando uma releitura interpretativa também dos princípios estruturantes da Constituição Federal, podendo figurar como seus mecanismos a interpretação judicial, a interpretação administrativa, os costumes constitucionais e a atuação do legislador.

c) Trata-se de um processo informal de alteração da interpretação constitucional, sem modificar o texto constitucional em si, que permanece inalterado, ainda que afrontem princípios estruturantes da Constituição Federal, podendo figurar como mecanismos a interpretação judicial e a interpretação administrativa.

d) Trata-se de um processo formal de alteração da interpretação constitucional, com modificação do texto constitucional, desde que não afrontem princípios estruturantes da Constituição Federal, podendo figurar como seus mecanismos a interpretação judicial e a interpretação administrativa, vedada a atuação do legislador.

e) Trata-se de um processo informal de alteração da interpretação constitucional, sem modificar o texto constitucional em si, que permanece inalterado, viabilizando uma releitura interpretativa também dos princípios estruturantes da Constituição Federal, podendo figurar como seus mecanismos a interpretação judicial e a interpretação administrativa, vedada alteração através dos costumes.

**15 - Sobre a regra do “quinto constitucional” disposta expressamente no art. 94 da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:**

a) Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

b) Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

c) Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados e das Turmas Recursais será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

d) Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Superior Tribunal de Justiça será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

e) Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Supremo Tribunal Federal será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

**16 - Segundo a doutrina brasileira, cláusulas pétreas são vedações materiais ao poder de emendar à Constituição Federal, tratando-se de**

**verdadeiro “núcleo intangível” da Constituição. Assinale a alternativa que não constitui uma cláusula pétrea expressa no art. 60, §4º, da Constituição Federal.**

- a) O voto periódico
- b) O voto direto
- c) A separação dos poderes
- d) O voto obrigatório
- e) O voto universal

**17 - Com relação ao direito fundamental à inviolabilidade domiciliar, aponte a alternativa que traz a definição expressa no art. 5º, XI, da Constituição Federal.**

- a) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- b) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou, durante o dia, salvo por determinação judicial.
- c) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou para prestar socorro, ou, durante o dia, ainda que sem determinação judicial.
- d) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de desastre ou para prestar socorro, ou, durante o dia, salvo por determinação judicial.
- e) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

## **DIREITO CIVIL**

**18 - A validade do negócio jurídico requer:**

- a) objeto lícito, possível, determinado ou determinável.

- b) agente incapaz.
- c) forma defesa em lei.
- d) objeto ilícito, possível, determinado ou determinável.
- e) forma não prescrita em lei.

**19 - Constituem atos ilícitos:**

- a) os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido.
- b) a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente.
- c) aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral
- d) o titular de um direito que, ao exercê-lo, não excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico.
- e) o titular de um direito que, ao exercê-lo, não excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim social,

**20 - Em atenção ao que dispõe o Código Civil, assinale a resposta correta:**

- a) os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- b) a prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.
- c) a exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.
- d) corre a prescrição entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
- e) corre a prescrição contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra.

**21 - No tocante à posse, conforme o Código Civil, assinale a resposta incorreta:**

- a) considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.
- b) a posse de boa-fé só perde este caráter no caso e desde o momento em que as circunstâncias façam presumir que o possuidor não ignora que possui indevidamente.
- c) é injusta a posse que não for violenta, clandestina ou precária.

- d) a posse transmite-se aos herdeiros ou legatários do possuidor com os mesmos caracteres.
- e) é de boa-fé a posse, se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.

**22 - O casamento civil, conforme o Código Civil, possui as seguintes características:**

- a) é gratuita sua celebração.
- b) estabelece comunhão plena de vida, com base apenas na igualdade de deveres dos cônjuges.
- c) se realiza no momento em que o homem e a mulher manifestam, perante o servidor eleitoral, a sua vontade de estabelecer vínculo conjugal, e aquele os declara casados.
- d) o registro do casamento religioso não se submete aos mesmos requisitos exigidos para o casamento civil.
- e) possui a habilitação gratuita para todas as pessoas.

**23 - Conforme o Código Civil, são responsáveis pela reparação civil:**

- a) os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.
- b) os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue gratuitamente, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos;
- c) o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos que estiverem de folga do trabalho.
- d) os que onerosamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.
- e) o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, ainda que não estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.

**24 - Sobre os bens no Código Civil, marque a alternativa correta:**

- a) são singulares os bens que, embora reunidos, se consideram de per si, independentemente dos demais.
- b) constitui universalidade de direito a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária

- c) o uso comum dos bens públicos é sempre gratuito.
- d) constitui universalidade de fato o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas de valor econômico
- e) os bens públicos estão sujeitos a usucapião.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL****25 - Acerca das normas fundamentais positivadas no Código de Processo Civil de 2015, assinale a alternativa correta:**

- a) Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito, vedada a arbitragem.
- b) Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé.
- c) Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa, ainda que inefetiva.
- d) Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida, mesmo que se trate de tutela provisória de urgência.
- e) O processo começa e se desenvolve por iniciativa da parte.

**26 - Sobre a audiência de conciliação ou mediação, o CPC/15 traz, como regra, a necessidade de sua realização no início do processo, sendo que ela pode ser dispensada:**

- a) Caso se trata de processo de juizado especial cível.
- b) Se apenas uma das partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual;
- c) Se for parte a Fazenda Pública Estadual.
- d) Quando a causa admitir a autocomposição.
- e) Se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual;

**27 - NÃO é hipótese de indeferimento da petição inicial:**

- a) Inépcia.
- b) Parte manifestamente ilegítima.

- c) Prescrição ou decadência.
- d) Autor carecedor de interesse processual.
- e) Não atendimento do prazo de emenda concedido pelo juiz.

**28 - Assinale a alternativa que NÃO corresponde ao regramento processual sobre a contestação:**

- a) O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição.
- b) Incumbe ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir.
- c) Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar incompetência absoluta e relativa.
- d) Incumbe ao réu manifestar-se precisamente sobre as alegações de fato constantes da petição inicial, presumindo-se verdadeiras as não impugnadas, sem exceções.
- e) Alegando o réu, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, o juiz facultará ao autor, em 15 (quinze) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu.

**29 - Deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:**

- a) resolver as questões processuais pendentes, se houver;
- b) delimitar as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, mas sem necessidade de especificar os meios de prova admitidos;
- c) definir a distribuição do ônus da prova, sempre procedendo com sua inversão.
- d) delimitar as questões de fato e direito relevantes ou não para a decisão do mérito;
- e) designar, sempre, audiência de instrução e julgamento.

**30 - Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença:**

- a) proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público, se não for o caso de dispensa da remessa prevista em lei.
- b) que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal, sem exceções.
- c) proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias, fundações de direito público ou privado, e empresas públicas.
- d) em quaisquer causas superiores a 100 (cem) salários-mínimos.
- e) proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público, sem exceções.

**31 - NÃO é elemento essencial da sentença:**

- a) o relatório.
- b) os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato.
- c) a concessão da justiça gratuita.
- d) os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de direito.
- e) o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem.

**DIREITO PENAL****32 - Sobre desistência voluntária, arrependimento eficaz e posterior, tentativa e crime impossível, marque a correta:**

- a) Arrependimento posterior se configura quando o agente inicia a execução do crime e, voluntariamente, impede que o resultado se produza.
- b) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia relativa do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.
- c) Diz-se o crime tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias inerentes à vontade do agente.
- d) Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.

e) Na desistência voluntária, o agente desiste do crime na fase de cogitação.

**33 - Sobre a exclusão da ilicitude, marque a certa:**

- a) Afasta a ilicitude a coação irresistível, a legítima defesa e o estado de necessidade.
- b) O Código Penal não admite estado de necessidade de direito alheio, sendo essa tese criada pela doutrina.
- c) Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.
- d) Embora seja razoável exigir-se o sacrifício do direito ameaçado, a pena poderá ser reduzida de um a dois terços.
- e) Entende-se em legítima defesa quem comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima.

**34 - Marque a correta sobre as penas restritivas de direito:**

- a) A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é aplicável às condenações iguais ou superiores a 1 ano de privação da liberdade.
- b) Se o condenado for reincidente, o juiz poderá substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direito, desde que seja a primeira vez que reincide no mesmo crime.
- c) De acordo com o Código Penal, as penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, o que significa dizer que, antes do juiz aplicar uma pena restritiva de direito, necessariamente deve aplicar uma pena privativa de liberdade ao condenado.
- d) A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas consiste na atribuição de tarefas gratuitas ou remuneradas ao condenado, a depender da formação profissional dele.
- e) Sobrevindo condenação a pena privativa de liberdade, por outro crime, o juiz da execução penal fará obrigatoriamente a conversão da pena restritiva de direitos que estava sendo cumprida em pena privativa de liberdade, para que cumpra o condenado, a partir daí, ambas as penas.

**35 - Sobre os crimes contra a Administração Pública, marque a errada:**

- a) Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou

particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio configura o crime de peculato.

- b) O peculato admite a modalidade culposa.
- c) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida configura o crime de concussão.
- d) Retardar ou deixar de praticar, ainda que de forma devida, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal configura o crime de prevaricação.
- e) A corrupção pode ser praticada por funcionário público ou por particular, sendo prevista no Código Penal, no primeiro caso, como corrupção passiva e, no segundo, como corrupção ativa.

**36 - Sobre o crime de lesão corporal, marque a errada:**

- a) O Código Penal tipifica a lesão corporal como a ofensa à integridade física ou a saúde de outrem.
- b) O Código Penal admite a forma culposa da lesão e a pune com pena de detenção.
- c) Para configurar lesão seguida de morte, o Código exige que o agente não tenha agido com dolo direto nem eventual para o resultado morte.
- d) O Código tipifica a lesão corporal cometida no âmbito doméstico, tendo como vítimas outras pessoas que não apenas a mulher.
- e) A classificação que divide lesão grave e gravíssima é feita pela doutrina e não pelo Código Penal.

**37 - Sobre a aplicação da pena, marque a errada:**

- a) No concurso material, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja o condenado incorrido, e, no caso de aplicação cumulativa de penas de reclusão e de detenção, executa-se primeiro aquela.
- b) No caso de crime continuado, o juiz aplica a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.
- c) Na terceira fase de aplicação da pena, o juiz pode valorar uma causa de aumento e fixar a pena além do máximo previsto em lei.

d) As qualificadoras formam novos tipos, com novos patamares mínimo e máximo para a aplicação da pena-base.

e) A pena poderá ser atenuada em razão de circunstância relevante, embora não prevista expressamente em lei, desde que seja anterior ao crime.

**38 - Sobre a extinção da punibilidade, marque a correta:**

a) A remissão é uma das formas de extinção da punibilidade prevista no art. 107 do CP.

b) O perdão judicial pode ser aplicado a critério do juiz/juíza, independentemente de autorização legal.

c) O Código Penal prevê como hipóteses de extinção da punibilidade a anistia e a graça, mas não o indulto.

d) A alteração legal da pena para menor também promove a extinção da punibilidade.

e) A extinção da punibilidade de crime que é pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro não se estende a este. Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles não impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL****39 - Sobre o procedimento previsto na Lei de Drogas, marque a correta:**

a) Ocorrendo prisão em flagrante, a autoridade de polícia judiciária fará, em 24 horas, a comunicação ao juiz competente, remetendo-lhe cópia do auto lavrado.

b) Para efeito da lavratura do auto de prisão em flagrante e estabelecimento da materialidade do delito, é imprescindível o laudo de definitivo da natureza e quantidade da droga.

c) O inquérito policial será concluído no prazo de 10 dias, se o indiciado estiver preso, e de 30 dias, não podendo haver prorrogação.

d) Oferecida a denúncia, o juiz ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.

e) Na denúncia, é possível arrolar até 5 (cinco) testemunhas.

**40 - Sobre a ação penal, marque a errada:**

a) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará ao cônjuge e aos parentes até o 3º grau, em linha reta e colateral.

b) A ação penal será sempre pública, seja qual for o crime, se for praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, dos estados e(ou) dos municípios.

c) A representação será irretroatável, depois de oferecida a denúncia.

d) A ação penal, nas contravenções, será iniciada com o auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria expedida pela autoridade judiciária ou policial.

e) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

**41 - Sobre o Inquérito Policial, marque a correta:**

a) Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado de ofício ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

b) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito não caberá recurso.

c) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública ou privada poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.

d) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.

e) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la ou por determinação judicial.

**42 - Sobre a confissão, marque a correta:**

- a) A confissão tem maior valor do que a prova testemunhal, de forma que o juiz ou juíza deve conferir maior peso a ela na sentença.
- b) O silêncio do acusado pode ser interpretado como confissão.
- c) A confissão feita em juízo é irretroatável.
- d) A confissão é indivisível, não podendo o acusado (a) confessar uma parte da acusação e negar outra.
- e) A confissão deve ser confrontada com os demais elementos de prova, a fim de se verificar se existe, entre eles, compatibilidade ou concordância.

**43- Sobre a prisão em flagrante, marque a errada:**

- a) Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.
- b) Qualquer do povo deverá e as autoridades policiais e seus agentes poderão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.
- c) Na falta ou no impedimento do escrivão, qualquer pessoa designada pela autoridade lavrará o auto, depois de prestado o compromisso legal.
- d) Não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão, o preso será logo apresentado à do lugar mais próximo.
- e) Se o réu se livrar solto, deverá ser posto em liberdade, depois de lavrado o auto de prisão em flagrante.

**44 - Sobre a Lei Maria da Penha, marque a errada:**

- a) As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida.
- b) As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, devendo este ser prontamente comunicado.
- c) As medidas protetivas de urgência serão concedidas apenas se verificada a tipificação penal da violência, o ajuizamento de ação penal ou cível, a existência de inquérito policial ou o registro de boletim de ocorrência.
- d) As medidas protetivas de urgência vigorarão enquanto persistir risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida ou de seus dependentes.

- e) A ofendida não poderá entregar intimação ou notificação ao agressor.

**45 - Sobre o Tribunal do Júri, marque a correta:**

- a) Não se convencendo da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, o juiz, fundamentadamente, absolverá o acusado.
- b) Provada a inexistência do fato, o juiz, desde logo, impronunciará o acusado.
- c) Contra a sentença de absolvição sumária caberá apelação.
- d) O juiz não poderá, em qualquer hipótese, dar ao fato definição jurídica diversa da constante da acusação.
- e) Quando o juiz se convencer, em discordância com a acusação, da existência de crime não doloso contra a vida e não for competente para o julgamento, remeterá os autos ao Procurador Geral de Justiça.

**DIREITO CONSUMIDOR****46 - É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:**

- a) colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro).
- b) não permitir o ingresso em estabelecimentos comerciais ou de serviços de um número maior de consumidores que o fixado pela autoridade administrativa como máximo.
- c) não repassar informação depreciativa, referente a ato praticado pelo consumidor no exercício de seus direitos.
- d) elevar com justa causa o preço de produtos ou serviço.
- e) não exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva.

**47 - São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:**

- a) estabeleçam inversão do ônus da prova em favor do consumidor.
- b) transfiram responsabilidades a terceiros.
- c) determinem a utilização facultativa de arbitragem pelo consumidor.
- d) permitam ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira bilateral, em comunhão com o consumidor.
- e) não infrinjam normas ambientais.

**48 - No tocante à responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, assinale a alternativa correta:**

- a) O serviço é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.
- b) O fornecedor de serviços será responsabilizado ainda que provar culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.
- c) o produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais: sua apresentação; o uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam; e a época em que foi colocado em circulação.
- d) O fornecedor de serviços será responsabilizado ainda quando provar que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste.
- e) o produto é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.

**49 - Segundo o Código de Defesa do Consumidor:**

- a) consumidor só pode ser assim considerado se for pessoa física.
- b) fornecedor é toda pessoa jurídica privada.
- c) o serviço bancário não pode ser considerado para fins de aplicação do Código de Defesa do Consumidor.
- d) somente pode ser considerado produto o bem móvel material.
- e) equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

**50 - São considerados princípios da Política Nacional das Relações de Consumo:**

- a) educação e informação apenas dos fornecedores.
- b) racionalização e melhoria somente dos serviços privados.
- c) ausência de estudo constante das modificações do mercado de consumo.
- d) reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo.
- e) incentivo à criação pelos consumidores de meios eficientes de controle de qualidade e segurança de produtos e serviços, assim como de mecanismos alternativos de solução de conflitos de consumo.